Revista História da Educação (*Online*)
2026, v. 30, e147049
DOI: https://doi.org/10.1590/2236-3459/147049

REVISTA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
e-ISSN: 2236-3459
http://seer.ufrgs.br/asphe

"A UNIVERSIDADE POPULAR INVISÍVEL": RÁDIO E EDUCAÇÃO EM UM BRASIL EM CONSTRUÇÃO. (DÉCADA DE 1930)

Carlos Gregório dos Santos Gianelli*

RESUMO

Este artigo pretende abordar a relação entre o início do desenvolvimento do rádio no Brasil e os projetos para a educação brasileira naquela época. Para isso, serão abordadas as primeiras transmissões de rádio no Brasil no contexto do começo da industrialização brasileira, ocorrida entre as décadas de 1920 e 1930. Para a análise das experiências iniciais de rádios educativas, será abordado o caso da estação PRD-5 Rádio Escola Municipal, do Rio de Janeiro, pioneira na radiofonia voltada para a área da educação. Pretende-se, com isso, contribuir com o debate sobre os diversos projetos educacionais desenvolvidos no Brasil, principalmente nos primeiros anos da chamada Nova República, iniciada com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930.

Palavras-chave: História do Brasil, Rádio, Educação.

* Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis/SC, Brasil.

“LA UNIVERSIDAD POPULAR INVISIBLE”: RADIO Y EDUCACIÓN EN UN BRASIL EN CONSTRUCCIÓN. (DÉCADA DE 1930)

RESUMEN

Este artículo pretende abordar la relación entre el inicio del desarrollo de la radio en Brasil y los proyectos de educación brasileña en esa época. Para ello, se abordarán las primeras transmisiones de radio en Brasil en el contexto del inicio de la industrialización brasileña, ocurrida entre las décadas de 1920 y 1930. Para analizar las experiencias iniciales de radios educativas, se abordará el caso de la emisora PRD-5 Rádio Escola Municipal de Río de Janeiro, pionera en la radiodifusión enfocada en el área de educación. El objetivo es contribuir al debate sobre los diversos proyectos educativos desarrollados en Brasil, especialmente en los primeros años de la llamada República Nueva, iniciada con la llegada al poder de Getúlio Vargas en 1930.

Palabras clave: Historia de Brasil, Radio, Educación.

“THE INVISIBLE POPULAR UNIVERSITY”: RADIO AND EDUCATION IN A BRAZIL UNDER CONSTRUCTION. (1930S)

ABSTRACT

This article aims to address the relationship between the early development of radio in Brazil and the projects for Brazilian education at that time. To this end, the first radio broadcasts in Brazil will be addressed in the context of the beginning of Brazilian industrialization, which occurred between the 1920s and 1930s. To analyze the initial experiences of educational radio stations, the case of the PRD-5 Rádio Escola Municipal station in Rio de Janeiro, a pioneer in radio broadcasting focused on education, will be addressed. The aim is to contribute to the debate on the various educational projects developed in Brazil, especially in the early years of the so-called New Republic, which began with the rise of Getúlio Vargas to power in 1930.

Keywords: History of Brazil, Radio, Education.

INTRODUÇÃO

O início do século XX seria marcado por inúmeras invenções e desenvolvimentos tecnológicos nos mais variados setores da sociedade. A indústria bélica, por exemplo, mostrou seu potencial ao estabelecer as novas rédeas do capitalismo no desenrolar da Primeira Guerra Mundial. Pesquisas voltadas à área da saúde também ganharam impulso na virada do século, com o avanço no desenvolvimento das vacinas, por exemplo. Integrando esse rol de inovações, a radiofonia, relativamente em pouco tempo, convenceu o mundo de que ele não seria mais o mesmo após a sua intervenção. Aos poucos, diversos países, e principalmente seus líderes dos setores comerciais e industriais, e até mesmo seus chefes de estado, perceberiam rapidamente que a radiofonia – aqui inclusos tanto o rádio propriamente dito como os serviços de telégrafo e telefone – mudaria completamente a maneira como a sociedade iria comunicar-se.

Pretendemos abordar neste artigo a estreita relação do início do rádio no Brasil com o projeto de educação brasileira para a época. Iniciaremos apresentando como foi o processo de instalação das primeiras estações de rádio que não por coincidência tiveram como local inicial de desenvolvimento o espaço físico, além do apoio logístico e de pessoal, da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. A seguir, será analisado as primeiras experiências envolvendo o rádio como ferramenta educacional focando no caso da emissora PRD-5 - Rádio Escola Municipal do Rio de Janeiro que colocou em prática as ideias defendidas por Roquette Pinto, considerado o patrono do rádio no Brasil: o rádio como ferramenta educacional. Um documento importante desse primeiro momento da radiofonia brasileira analisado neste artigo é o livro “Rádio e educação” de Ariosto Espinheira, publicado no ano de 1934, que serviu de subsídio importante para o desenvolvimento de vários programas educativos e rádios com este foco por todo o país.

Um dos primeiros países a perceber o potencial da nascente indústria radiofônica foram os Estados Unidos. Tanto no que diz respeito à produção de aparelhos como no surgimento de novas estações, o protagonismo estadunidense ficou evidente. Lia Calabre (2002) apresenta dados muito significativos dessa expansão ocorrida no período de apenas dois anos:

> Em outubro de 1921, foram registradas 12 (doze) novas emissoras; em novembro, mais 9 (nove); em dezembro, mais 9 (nove). Em janeiro de 1922, 26 (vinte e seis) novas emissoras entravam no ar. Ao final do ano de 1924, os Estados Unidos já contavam com 530 (quinhentas e trinta) emissoras de rádio. (Calabre, 2002, p. 47).

Ainda sobre o desenvolvimento do rádio nos Estados Unidos, Maria Inez Borges Pinto (2003) traz observação feita por Raymond Gram Swing, em 1935, a respeito das possibilidades que a radiodifusão poderia alcançar:

> O que sei é que temos no rádio um tipo especial de instrumento social, que eu diria ser mais poderoso, mais íntimo e mais promissor que qualquer outro instrumento social desde o desenvolvimento da imprensa. O rádio é definitivamente um instrumento de massas e parece que pode tornar-se, de todas as invenções modernas, a que maior coesão social produz. A qual será reconhecida como algo ao mesmo tempo benéfico e perigoso. Todos nós nos alarmamos com a utilização que tem sido dada ao rádio na Alemanha, Áustria, Itália e Rússia.

> E se tivermos juízo, também ficaremos alarmados como o poder que tem dado e pode dar a determinados indivíduos neste país [EUA]. [...] Um meio que serve para a disseminação da verdade e do conhecimento serve do mesmo modo para a disseminação da perversão e da mentira. (Swing, 1935, p. 5-6 apud Pinto, 2003, p. 4).

Percebe-se, nessa fala do editor do The Nation, um misto de empolgação com uma boa dose de preocupação em relação aos usos que poderiam ser feitos do rádio. É interessante perceber essa projeção de futuro contida nesse passado na medida em que ela ajuda a compreender como essa nova tecnologia foi sendo desenvolvida. Afinal de contas, sonhos e ambições, mas também medos e preocupações, acabam sendo balizas envoltas nas inovações que são apresentadas ao público.

AS PRIMEIRAS ONDAS RADIOFÔNICAS BRASILEIRAS (DÉCADA DE 1920)

O crescimento da radiofonia em solo estadunidense seria sentido em terras brasileiras. Foi na exposição em comemoração ao centenário da Independência do Brasil, ocorrido em 1922, que o rádio foi apresentado ao público brasileiro pela primeira vez. Em uma ação de marketing das empresas Westinghouse e Western Eletric Company, equipamentos de captação sonora e uma estação transmissora provisória foram montados.

Os alto-falantes foram instalados em diversos locais dos pavilhões da exposição no Rio de Janeiro, bem como em cidades como São Paulo, Petrópolis e Niterói, para demonstrar com eficácia o caráter extraterritorial que as ondas hertzianas poderiam alcançar. Além dos alto-falantes, foram distribuídos cerca de 80 aparelhos receptores da Westinghouse para altas elites militares e civis do Rio de Janeiro (Federico, 1982, p. 34). O conteúdo escolhido para a transmissão teve o caráter cívico e patriótico que marcará o início do rádio no Brasil: foram veiculados um discurso proferido pelo então presidente da república, Epitácio Pessoa, e a execução da ópera “O Guarany”, de Carlos Gomes, do palco do Teatro Municipal do Rio de Janeiro até os espectadores nos mais diversos locais (Calabre, 2002).

A qualidade da transmissão dessa primeira experiência do rádio no Brasil é no mínimo controversa. De acordo com a reportagem do jornal A Noite, de 8 de setembro de 1922: “a multidão teve uma sensação inédita: a ópera Guarany de Carlos Gomes, que estava sendo cantada ao Theatro Municipal, foi, ali, distinctamente ouvida, bem como os aplausos aos artistas. Egual coisa sucedeu nas cidades acima [Niterói, Petrópolis e São Paulo].” (Um Sucesso..., 1922, p. 8). Já Luiz Artur Ferraretto traz o depoimento de um dos pioneiros do rádio brasileiro, Edgar Roquette-Pinto, que demonstra um pouco o baixo impacto que teve, na feira de exposição, a irradiação do discurso ou da ópera: “Ouvindo discurso e música reproduzidos no meio de um barulho infernal, tudo distorcido, arranhando os ouvidos, era uma curiosidade sem maiores consequências.” (BBC, 1988 apud Ferraretto, 2014, p. 14).

No entanto, apesar deste relato de que as transmissões feitas a poucos quilômetros dali não tiveram uma qualidade sonora satisfatória, uma nota veiculada pelo jornal The New York Times apresenta o evento como um grande feito tecnológico da empresa responsável pela transmissão e pela venda de equipamentos:

> CHICAGO, 29 de março – Uma transmissão de rádio proveniente da Exposição do Centenário da Independência brasileira, no Rio de Janeiro, foi captada por uma das estações do governo dos Estados Unidos, em Honolulu, a 8.000 milhas de distância [o equivalente a 13.400 km], estabelecendo um novo recorde. Anunciou, hoje, o escritório da Western Electric Company. (THE NEW YORK TIMES, 1923 apud Ferraretto, 2014, p. 14).

Essa visão positiva do que estava acontecendo nos pavilhões não era consenso, sendo o moderno, apresentado pela exposição de 1922, alvo de sátira humorística por alguns setores da intelectualidade carioca, como aponta Monica Pimenta Velloso (2015, p. 271):

> Satiriza-se a ideia da exposição como vitrine do progresso e espaço de dramatização visual do moderno (Souza Neves, abr. 1988); nossa modernidade inclui forçosamente pés descalços, amuletos, angu, caldo de cana e corrupção. Em vez da produção em série, temos a produção artesanal (moagem manual da cana, culinária de fogareiro) — o ritmo vertiginoso da indústria moderna é substituído pela lentidão do ritmo baiano e caipira. Quebra-se, dessa forma, o clima de encantamento circense destinado a seduzir a atenção do público visitante. Em vez da iluminação feérica e do transe lúdico das mercadorias (Hardman, 1988), esbarra-se com o incômodo cotidiano da pobreza.

A questão apontada por Monica Velloso (2015) pode ser observada na charge seguida de versos, presente na Revista D. Quixote, recolhida pela autora (Figura 1).

> Que maravilha, emocional simétrica
>
> De luz elétrica e cimento armado
>
> A entrada dela é a célebre Avenida
>
> Mas a saída é a Praça do Mercado (Velloso, 2015, p. 272).

No mesmo livro, a autora aponta que:

> A apologia à rapidez, o apuro tecnológico, a produção seriada, a imposição de hábitos de consumo e a própria mudança de valores éticos são os pontos pelos quais os colaboradores vão construindo sua visão caricatural-irônica. Cumpre que fique claro um aspecto: ao mostrar as imperfeições e rachaduras da modernidade, a revista não está se colocando propriamente contra o moderno, mas relativizando esses valores, mostrando-os a partir de outra perspectiva. (Velloso, 2015, p. 278).

As ideias de modernidade que foram, aos poucos, sendo desenvolvidas, estavam inseridas em um contexto amplo de tensões e reflexões a respeito do que se passava e não eram simplesmente aceitas como algo positivo ou a ser comemorado, até porque, como indicado na charge destacada por Monica Velloso (2015), as contradições entre a visão de progresso que buscava ser estabelecida nos pavilhões e o que, de fato, se passava no Brasil, eram evidentes.



Figura 1 – Charge da Revista D. Quixote

Fonte: Revista D. Quixote (1922 apud Velloso, 2015, p. 272).

No ano seguinte, em 1923, foram trazidas dos Estados Unidos pela Western Electric Company duas estações de 500w cada uma, que seriam adquiridas pelo governo brasileiro com a finalidade de auxiliar no serviço de telegrafia brasileiro. A Academia Brasileira de Ciências (ABC), nas figuras de Roquette-Pinto e Henry Morize, pleiteou uma dessas estações para ser utilizada como equipamento de uma estação de rádio. Após algum esforço de negociação, conseguiram obter o empréstimo dos transmissores durante uma hora e, assim, no dia 20 de abril de 1923, fundaram a primeira estação rádio difusora do país: a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (PRA-2), cujo slogan permeará, durante muitos anos, a produção radiofônica brasileira em algum nível: “Trabalhar pela cultura dos que vivem em nossa terra e pelo progresso do Brasil” (Federico, 1982, p. 34)[1]. A inauguração oficial aconteceu no mês seguinte,

1 Apesar de toda a publicidade feita em relação à Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em grande parte por estar presente na capital federal, a Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (ALCAR) referendou, no ano de 2019, a “Carta de Natal”, que institui “o dia 6 de abril de 1919 como a data inicial da radiodifusão no País.” Nessa data, teriam ocorrido as primeiras transmissões radiofônicas sonoras feitas pela Rádio Club de Pernambuco. A carta está disponível em: http://www.ufrgs.br/alcar/jornal-alcar/jornal-alcar-no-73-julho-2020/carta-de-natal?fbclid=IwAR0sP80Mj70LIkXXdE_RD_ly7dLZHxX-eiSxuF-rRRS2ffUDpGz6rZBkwm8. Acesso em: 18 jul. 2020.

precisamente no dia 19 de maio, e contou com mais de 300 pessoas, entre professores, médicos, engenheiros, advogados, operários, estudantes e outros entusiastas da radiofonia, que dava seus primeiros passos. Fazendo uso da estação da Praia Vermelha, a transmissão contou com as seguintes personalidades:

> Roquette e seus colegas reunidos na Escola Politécnica, ouviram emocionados quando, da Praia Vermelha, Edgar Sussekind de Mendonça abriu a transmissão recitando um soneto do próprio Roquette [...]. Heloísa Alberto Torres, filha do abolicionista Alberto Torres, leu um conto infantil de Monteiro Lobato, de que não há registro do título. E, concluindo, Francisco Venâncio Filho leu uma página de “Os sertões”. (Castro In: Milanez, 2007, p. 73 apud Ferraretto, 2014, p. 18-19).

A observação de Ruy Castro corrobora nesse sentido, ao afirmar que “a Rádio Sociedade parecia, a princípio, uma extensão da Academia de Ciências.” (MilaneZ, 2007, p. 76 apud Ferraretto, 2014, p. 19). Para ter uma ideia dessa aproximação, basta citar que intelectuais do quilate do físico alemão Albert Einstein[2] , do escritor futurista italiano Filippo Tommaso Marinetti, do general e engenheiro francês Gustave-Auguste Ferrié, da físico-química francesa Marie Curie e do historiador francês Paul Hazard chegaram a visitar a sede da Rádio Sociedade (Ferraretto, 2014). Assim, a afirmação de Roquette-Pinto tem um significando ainda maior quando se observa o modus operandi dos primeiros tempos do rádio no Brasil:

> Rádio é o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador de novas esperanças; o consolador dos enfermos; o guia dos sãos, desde que o realizem com espírito altruísta e elevado. (Electron, 1926, p. 1).

Apesar de a primeira transmissão oficial da radiofonia brasileira ter ocorrido no dia 19 de maio, alguns dias antes, precisamente em 1º de maio de 1923, teria ocorrido uma primeira transmissão em caráter experimental, como mostra a nota a seguir, publicada no Jornal Gazeta de Notícias:

> A estação da Praia Vermelha [...] transmitirá hoje, 1º de maio, ás 8 ½ horas, uma conferencia dedicada aos amadores de T.S.F.. em nome da Radio Sociedade do Rio de Janeiro, realizada pelo Senhor Professor Dr. Roquette Pinto. Depois da conferência, serão irradiados alguns números de musica. (A Estação..., 1923, p. 2).

A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro começou operando no Gabinete de Física da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Essa relação próxima entre o rádio e a ciência, e por consequência entre o rádio e a educação, será um ponto marcante o desenvolvimento do rádio. O interesse sobre o assunto desse grupo envolvido na instalação da primeira estação de rádio no Brasil já podia ser atestado cinco anos antes, quando, em 1918, foi realizada uma série de palestras

2 Albert Einstein teria deixado a seguinte mensagem no livro de visitas: “Na cultura levada pela radiodifusão, desde que sejam pessoas autorizadas as que se encarreguem das divulgações quem ouve recebe, além de uma escolha judiciosa, opiniões pessoais e comentários que aplainam os caminhos e facilitam a compreensão: esta é a grande obra da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro.” (LOPES, 1970, p. 42).

CC BY

sobre a radiotelegrafia, com o objetivo de ampliar o acesso ao tema. Os anais dessas palestras registram os nomes de Morize e Roquette-Pinto dentre outros entusiastas (Coelho, 2014).

Além da programação em si, por estar integrada a um espaço físico educacional, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro tornou-se referência no processo formador de técnicos e radioamadores. Nas salas de laboratório, eram realizadas oficinas de radiotelegrafia e radiotelefonia. A sede da emissora também contava com uma biblioteca com mais de 800 volumes e esquemas de montagem de livre acesso. O clima de concorrência, que será a tônica das décadas posteriores da radiodifusão brasileira, ainda não se fazia presente; o ambiente era mais voltado ao que chamaríamos hoje de colaborativo. Aquele que conseguisse montar, de maneira melhor, um aparelho receptor, aprimorar a qualidade sonora captação e emissão ou qualquer outro avanço dentro do campo da radiofonia compartilhava suas experiências nesse ambiente, que era muito mais experimental do que profissional propriamente dito.

Anos mais tarde, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro enfrentará uma forte crise financeira, devido, dentre outros motivos, a novas exigências legais impostas pelo governo, que buscava estimular o crescimento das rádios comerciais no Brasil (Federico, 1982; Mccann, 2004). Como a emissora de Roquette-Pinto não contava com espaço para anunciantes e dependia, majoritariamente, de seus sócios, a doação da rádio para o Ministério da Educação, no ano de 1936, pareceu a solução ideal. Gustavo Capanema, ministro da Educação, já alertava Vargas do papel que o rádio poderia exercer como ferramenta de unidade nacional, projeto que será desenvolvido com mais afinco a partir do ano posterior, em 1937, com o advento do Estado Novo. Como forma de agradecimento pela doação, Capanema nomeia Roquette-Pinto como diretor da agora Rádio do Ministério da Educação. A rádio teria, como sua principal missão, atingir um grande número de brasileiros e seguir com o espírito educacional e formativo iniciado desde os tempos de Rádio Sociedade, agora amparada pelo estado brasileiro. Esse objetivo, no entanto, não teve êxito, devido à forte presença de burocratas dentro da estação, não permitindo que o potencial radiofônico fosse desenvolvido em toda a sua complexidade. Funcionando como porta-voz oficial do governo, a programação pouco atraente, somada a uma linguagem distante da população, fez com que a Rádio do Ministério da Educação não atingisse o patamar esperado. Mesmo em momentos em que buscou uma aproximação maior com o público, suas instalações não davam conta, como da vez em que a Orquestra Sinfônica Brasileira iria apresentar-se, mas não coube nas instalações da emissora (Mccann, 2004). Somente com o encampamento da Rádio Nacional, já na década de 1940, é que o Estado Novo conseguirá, de fato, alcançar níveis de audiência e profissionalismo esperados de um Estado nacional forte.

Ao retomarmos o desenvolvimento do rádio brasileiro na década de 1920, observaremos o surgimento de várias rádios sociedade ou rádios clube. No mesmo ano de fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, será inaugurada a Rádio Clube de Pernambuco e a Rádio Clube Paranaense. No ano seguinte, em 1924, teremos o surgimento da Ceará Rádio Clube; da Rádio Sociedade da Bahia; da Rádio Educadora Paulista; e da Rádio Sociedade Rio-Grandense. Outros exemplos levantados por Saint-Clair Lopes (1970), relativos a essa década inicial, incluem

ainda a Rádio Pelotense S/A, fundada em 1925; a Rádio Cruzeiro do Sul, fundada em 1927; e a Rádio Gaúcha, fundada em 1928. Com o desenvolvimento da publicidade radiofônica na década de 1930, o número de emissoras aumentará consideravelmente a partir do momento em que não dependerão financeiramente de seus sócios.

“O RÁDIO A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO”

O rádio brasileiro, desde o seu início, teve uma relação muito próxima com os principais setores do campo educacional. Os primeiros fomentadores desse novo meio de comunicação sempre defenderam o uso da radiodifusão para fins educativos, científicos e formativos da população. Assim, o contexto político e educacional no qual essa perspectiva em relação a usos e funções do rádio estava inserida deve ser compreendido. A república brasileira chegava apenas à sua terceira década quando as primeiras experiências radiofônicas nacionais começaram a ser desenvolvidas. As expectativas com relação ao futuro de um país recém-saído da monarquia e com um longo peso colonial eram grandes.

No entanto, a república, em seus primeiros anos, não superou muitos dos anseios de vários setores da sociedade. A chamada camada média, composta principalmente por profissionais como médicos, jornalistas, professores, sanitaristas e demais profissionais liberais, não estava contente com a perspectiva de desenvolvimento que estava sendo aplicada no país pelos militares nos primeiros anos da república. Para muitos desses profissionais, além de manter a ordem estampada na bandeira, o progresso só viria com o desenvolvimento da educação e da ciência. Reduzir as taxas de analfabetismo, melhorar os hábitos de higiene e combater o alcoolismo eram algumas das principais preocupações e metas dessa intelligentsia brasileira, que vai pensar um país verdadeiramente novo sob a égide republicana, principalmente a partir da década de 1920.

As três principais instituições de convergência dessa intelectualidade eram a Escola Politécnica, o Instituto Manguinhos e o Museu Nacional. Apesar do apreço em comum pela ciência, existia um embate interno entre esses mesmos intelectuais de como esse assunto deveria avançar no Brasil. Existia quem defendia o desenvolvimento de uma ciência pura e outra ala voltada aos estudos de ciência aplicada. A primeira seria aquela desenvolvida em centros de estudos, como as instituições citadas, voltada principalmente à produção do conhecimento. O segundo grupo, de caráter mais positivista, defendia que a ciência deveria ter um caráter mais prático de aplicação na vida da população e interferência na realidade (Coelho, 2016). Apesar dessa divergência com relação ao papel da ciência, Patrícia Coelho (2016, p. 32) afirma que “a radiofonia despertou o interesse imediato tanto dos defensores da ciência pura, quanto dos partidários da ciência aplicada, ainda que de maneiras diferentes”.

A curiosidade com relação ao funcionamento da propagação das ondas hertzianas através da atmosfera e toda a produção de conhecimento envolvida nesse processo atraiu os puristas para o desenvolvimento da radiodifusão. Já o grupo das ciências aplicadas percebera

o enorme potencial para a difusão de informações de forma simultânea e abrangendo grandes territórios que o rádio significava. Agora, mesmo dentro desse segundo grupo, existia certa divergência entre duas maneiras de aplicar-se o rádio: a vulgarização ou a conscientização.

A vulgarização da produção científica consistia basicamente em tornar mais acessíveis para grande parte da população as ideias produzidas nos principais centros científicos, possibilitando o acesso do “homem comum”. Já as campanhas de conscientização previam uma abordagem que não consistia no repasse desse conhecimento produzido, mas na propagação de diretrizes mais específicas, como as de higiene básica defendidas por sanitaristas. Forjando um exemplo prático, é como se o primeiro grupo, o da vulgarização, explicasse à população como funcionam bactérias e demais microrganismos no corpo humano, enquanto que o segundo grupo, o da conscientização, orientasse para que se lavassem as mãos diariamente antes e após as refeições.

O avanço desses embates dentro da Academia Brasileira de Ciências (ABC) resultou na ideia de que somente com uma estruturação do sistema educacional brasileiro seria possível alcançar avanços mais significativos em todos os campos da ciência. Simultaneamente ao desenvolvimento da radiofonia brasileira nos salões da Escola Politécnica, foi criada a Associação Brasileira de Educação (ABE) no ano de 1924, na cidade do Rio de Janeiro. É importante observar que “existem locais em que os laços se atam e as estruturas de sociabilidade de um campo intelectual se definem” (Sirinelli, 2003 apud Coelho, 2016, p. 46). Esses locais podem ser literalmente onde esses intelectuais encontravam-se, como no caso da Escola Politécnica, ou mesmo o setor da sociedade do qual faziam parte esses professores, engenheiros, sanitaristas e demais profissionais que, ao mesmo tempo em que se interessavam pela nova tecnologia que se desenvolvia com a radiodifusão, propunham novos rumos para a educação no Brasil.

Nesse sentido, Jorge Nagle (1974, p. 99-100 apud Patrício, 2017, p. 176) afirma que:

> existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na arena do progresso social.

Dessa maneira, ocorrerão reformas educacionais em vários locais brasileiros, as quais levarão os nomes dos seus idealizadores, mostrando o caráter personificador do que estava sendo elaborado: a de Sampaio Dória, ocorrida em São Paulo, no ano de 1920; a de Lourenço Filho, no Ceará, em 1923; a de Anísio Teixeira, na Bahia, em 1925; a de Francisco Campos e Mário Cassanta, em Minas Gerais, no ano de 1927; e a de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (Rio de Janeiro), em 1928 (Patrício, 2017).

De acordo com a análise de Nagle (1974 apud Patrício, 2017), as três primeiras pertencem a um primeiro ciclo de reformas educacionais de caráter fortemente doutrinário, associado aos ideais republicanos e com uma perspectiva reformista. Já o segundo ciclo de reformas educacionais, ocorridas em Minas Gerais e no Distrito Federal, possuía traços remodeladores para além de um reformismo puro. Essa remodelação estaria calcada principalmente na elaboração de uma visão mais abrangente do que seria um sistema escolar associado a um

sistema social ampliado. Será justamente no texto da reforma do Distrito Federal que a ênfase no rádio como auxiliar no processo educacional será explicitada: “Instituir um conjunto de medidas de adoção efetiva de instituições auxiliares de ensino, como museus e bibliotecas, cinema escolar e rádio, e escotismo” (Piletti, 1982 p. 65 apud Patrício, 2017, p. 177).

Ressaltamos que, três anos antes, em 1925, a Associação Brasileira de Educação (ABE) tinha elaborado um plano para a educação brasileira, enviado a todos os governadores, que previa o uso sistematizado do rádio como ferramenta educacional. A carta que acompanhava o plano, assinada por Levi Carneiro, expõe o potencial que o rádio poderia ter, em um país de grande extensão territorial, como o Brasil, no combate a vários dos principais problemas sociais enfrentados naquela época:

> [...] Esses dois preciosos instrumentos [o cinema e o rádio] vão sendo, em toda parte, aproveitados para fins análogos, com resultados maravilhosos. No Brasil, a enorme área territorial em que se disseminam a população escassa, e a grande porcentagem de adultos destituídos de cultura, até mesmo analphabetos – aconselham, ainda mais, a adopção generalisada, systematica, intensiva, desses meios de diffusão de ensinamentos. (Carneiro, 1925 apud Ribeiro, 2009, p. 4).

Pode-se verificar que o rádio, em fins da década de 1920, já era tido como uma ferramenta interessante para ser utilizada no contexto educacional. No entanto, é importante assinalarmos a diferença entre o rádio idealizado por Roquette-Pinto do uso dado pela reforma feita no Distrito Federal. Os primeiros idealizadores do rádio no Brasil, ao afirmarem que o rádio deveria ter, como finalidade, elevar culturalmente o povo brasileiro, ou ainda ajudar em sua formação, não se referiam a um uso pedagógico do rádio, mas formativo. A reforma Fernando Azevedo, instituída no Distrito Federal em 1928, tinha como foco a educação, e não estavam sendo discutidos, profundamente, modelos de radiodifusão. O rádio, nesse contexto, foi visto como uma ferramenta interessante para despertar o interesse dos alunos, além de possuir a versatilidade na propagação de informação para vários locais de maneira simultânea pelas ondas hertzianas. É a partir dessa ideia do rádio como ferramenta educacional que o artigo 633 institui:

> Todas as escolas do Distrito Federal, quando em edifícios próprios, disporiam de ‘salas destinadas à instalação de aparelhos de projeção fixa e animada para fins meramente educativos, bem como a instalação de aparelho de rádio-telefonia e altofalantes. (Piletti, 1982, p. 175 apud Patrício, 2017, p. 177).

Nesse mesmo projeto, ainda será instituída, ao menos no papel, a criação de uma Rádio Escola, projeto que só seria desenvolvido seis anos mais tarde. A radiodifusão iria constituir-se então como uma espécie de amálgama que uniria vários sujeitos ao redor de alguns pressupostos em comum, tais como “o compromisso com a ciência pura, o desejo pela vulgarização do conhecimento científico, a luta pela reformulação de nosso ensino e o rádio como veículo de comunicação [...]” (Coelho, 2016, p. 48).

CC BY

Como resultado de todo esse embate acerca dos propósitos da ciência e das reformas educacionais em curso em vários locais do Brasil, ocorrerá o estabelecimento das duas primeiras emissoras de rádio voltadas especificamente à questão educacional. Apesar de a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro já existir sob os propósitos formativos que uma rádio deveria ter, segundo seus idealizadores e a própria legislação, antes de esta ser doada por Roquette-Pinto para o Ministério da Educação, dois anos antes, em 1934, foi inaugurada no Rio de Janeiro a PRD-5. A Rádio Escola Municipal do Rio de Janeiro foi a primeira emissora do país com uma perspectiva totalmente direcionada para fins educacionais. O início da rádio foi marcado por improvisos, como relata Cláudio Roquette-Pinto Bojunga, neto de Roquette: “a PRD5 foi feita com 10 contos de réis, formada com material usado na Rádio Sociedade e com os técnicos da Rádio” (Bojunga, 1971 apud Ribeiro, 2009, p. 6).

A primeira transmissão foi feita em uma sala do Edifício Carioca, no Largo da Carioca. Posteriormente, chegou a operar em um camarim do Teatro Municipal (Ribeiro, 2009). Com a manchete “O Rádio a serviço da Educação”, o jornal O Globo, de 6 de janeiro de 1934, estampava, em sua capa, uma matéria sobre a inauguração da PRD-5. Logo no início do texto, a reportagem lembra a importância que o rádio teria para a formação do país, destacando experiências bem-sucedidas no México e na Inglaterra, e celebra a emissora por não se tratar de uma inciativa particular, mas do poder público com relação à radiofonia. Outra questão abordada logo de início é a qualidade do que vinha sendo transmitido pelas emissoras até então, que “na sua enorme maioria têm sido objeto de uma veemente crítica do GLOBO na seção dedicada a T.S.F.”[3] (O Rádio..., 1934, p. 1).

A reportagem traz ainda três relatos sobre a recém-inaugurada emissora. O primeiro é de Anísio Teixeira, Diretor do Departamento de Educação. É interessante observar, na fala de Teixeira, sua aplicação do verbo “servir” para os usos do rádio como ferramenta de um processo civilizatório: “Servir o público, despertando nele um gosto pelos estudos científicos e aprimorando-lhe o senso estético [...]” (O Rádio..., 1934, p. 1).

Outro grupo beneficiado pelo surgimento da estação seriam os professores que, agora, poderiam ficar a par das experiências educacionais desenvolvidas pelo Instituto de Pesquisas Educacionais e por outros países. Por fim, Anísio Teixeira afirma que a estação servirá ao lar, orientando as mães sobre como proceder com seus filhos em idade escolar, e ainda servirá às crianças, como maneira de expandir seus conhecimentos por meio do incentivo à curiosidade, bem como para a recreação através da música. O segundo relato é da professora Sanira Khury, apelidada na reportagem de “Eva no Microfone”, por tratar-se da primeira mulher carioca a ocupar a posição de speaker (função semelhante ao que denominaríamos hoje de locutora). O destaque é dado para Sanira que, além do relato, integra a matéria com uma fotografia à frente do microfone da PRD-5 (Figura 2).

3 “T.S.F.” era a sigla utilizada para “Telegraphia Sem Fio”, que abarcava, além do rádio, os serviços telegráficos.



O radio a serviço da educação

UMA VISITA DO “GLOBO” A’ ESTAÇÃO EMISSORA DO INSTITUTO DE PESQUISAS

Eva no microphone — Duas palavras com o Sr. Anisio Teixeira

As caracteristicas de P. R. D. 5

A professora Sanira Khury, no microphone de P R D 5

Figura 2 – Matéria sobre a inauguração da PRD-5

Fonte: O Rádio.... (1934, p. 1).

A professora e *speaker* não esconde o nervosismo de participar dessa experiência, mas também mostra estar ciente da importância do local que ocupa:

> É natural que eu tenha ficado um pouquinho nervosa. Primeiro porque era estreante. E depois porque compreendo bem, como professora, o alcance dessa realização. E não deixa de ser emocionante a gente saber que está encarregada de uma missão tão grande que não se limita a atuar sobre as escolas, mas exerce influência em qualquer parte da cidade onde haja alguém com vontade de aprender alguma coisa. (O Rádio..., 1934, p. 1).

A participação da mulher na sociedade brasileira tinha conquistado, dois anos antes, em 1932, o direito ao voto, e, no mesmo ano de veiculação desta matéria, em 1934, as restrições do recém-conquistado direito, como autorização do marido e a obrigatoriedade de renda para solteiras e viúvas, foram eliminadas no Código Eleitoral. A estreia de Sanira Khury integra esse movimento de um avanço, ainda que lento, tardio e restrito, da mulher também no campo da radiofonia, não se restringindo ao lugar designado às “divas” do rádio e do cinema que integravam o *starsystem* da época. Cabe ressaltar que tanto Sanira Khury como a Dra. Carlota Pereira de Queirós, primeira mulher eleita deputada federal, vinham da área da educação (Carlota, além de médica, era pedagoga). Isso evidencia ainda que, ao mesmo tempo em que as mulheres passavam lentamente a ocupar mais setores na sociedade, teriam, em sua origem profissional, espaços já autorizados pela lógica patriarcal, como era o caso das professoras.

CC BY

O terceiro relato trazido pela reportagem é de Roquette-Pinto. Muito breve em suas palavras, limitou-se a afirmar que: “Hoje é um grande dia para mim. Depois de trabalhar durante 12 anos consegui enfim montar uma estação que não transmitirá anúncios nem jazz bands” (O Rádio..., 1934, p. 1). Percebe-se a clara intenção de conteúdo que Roquette-Pinto estava, há mais de uma década, proposto a irradiar. A matéria é encerrada apresentando os dados técnicos do equipamento utilizado, bem como a frequência para sintonizar a emissora.

Nos primeiros anos da PRD-5, a emissora contava com profissionais de diversas áreas, que estariam dispostos a irradiar conteúdos relacionados ou não à sua área de formação específica. Uma questão que surgiu logo no início das transmissões foram os limites da transposição de um conteúdo para a linguagem radiofônica. Muitos dos textos que integravam os programas eram lidos pelos próprios autores, os quais nem sempre tinham uma dicção precisa ou sabiam adaptar aquele conteúdo para a linguagem do rádio. Um exemplo pode ser verificado no relato a seguir, obtido na coluna do Diário de Notícias: “[...] que o professor Moyses escreva suas aulas de literatura popular na mesma estação mandando-as ler por outro que não ele, para que tenha mais ouvintes” (Chronica do..., 1935, p. 15).

Dentre os vários profissionais que participaram do início da Rádio Escola Municipal, destacaremos Ariosto Espinheira, professor na Escola Técnica Secundária Amaro Cavalcanti. Espinheira tinha seis estudos concluídos na Escola Nacional de Belas Artes e, desde o início da década de 1930, atuava como rádio educador. Em 1933, assinava a recém-criada coluna de Rádio Educativo do Jornal do Brasil. Analisaremos algumas das notas veiculadas nessa coluna, que foi, inclusive, um importante local de divulgação das ideias da Confederação Brasileira de Rádio sobre o assunto, sendo que, ao que consta, a ideia da coluna para a discussão desse modelo de rádio teria partido do próprio jornal, conforme matéria veiculada no dia 20 de outubro de 1933: “Por iniciativa do ‘Jornal do Brasil’, a Confederação Brasileira de Rádio-Difusão, a que estão filiadas quase todas as estações transmissoras do país vai instituir o Rádio Educativo” (Por iniciativa..., 1933, p. 27). Os três primeiros parágrafos da matéria inaugural que marca o surgimento da coluna são bem enfáticos a respeito do papel do jornal e da sociedade organizada em prol de uma perspectiva educacional com relação ao rádio:

> A radiodifusão de caráter fortemente educativo, ainda não está organizada no Brasil, e nem mesmo nesta cidade. No entanto, nenhum agente de educação mais poderoso e sugestivo que o rádio, quando criteriosamente utilizado. O “Jornal do Brasil” tomou a iniciativa de congregar os elementos capazes de influir em uma organização de difusão educativa, por intermédio das estações transmissoras do Rio de Janeiro, pondo ao mesmo tempo suas colunas à disposição desse importante serviço público. (por iniciativa..., 1933, p. 27).

A matéria então cita as autoridades envolvidas no projeto: Ribas Carneiro, diretor geral de publicidade, comunicação e transportes da polícia; e Roquette-Pinto, diretor da Rádio Sociedade e do Museu Nacional, que convocou uma comissão formada por vários profissionais ligados a educação para a elaboração do projeto do rádio educativo. Desse momento, cabe observar a iniciativa privada do Jornal do Brasil em relação ao assunto público que seria o

rádio educativo no Brasil. Essa questão, inclusive, será observada em vários momentos no desenvolvimento da radiodifusão.

A segunda coluna, publicada no dia 31 de outubro de 1933, apenas informava da boa recepção, por parte da sociedade, da iniciativa da elaboração do rádio educativo, exaltando a figura de Roquette-Pinto em virtude da comemoração do seu 28º oitavo ano de nomeação como professor do Museu Nacional (como foi..., 1933).

A terceira coluna, do dia 18 de novembro de 1933, reportava a primeira reunião da comissão. Antes mesmo de qualquer orientação a respeito de como os programas funcionariam, como seriam as instalações do rádio educativo ou demais assuntos, a comissão priorizou a elaboração dos parâmetros de censura, estabelecendo que o critério para censura deveria “ser mais rigoroso que o da polícia” (A reunião..., 1933, p. 14). Segundo os integrantes da comissão, além de não conter erros de informação, as irradiações deveriam “tender a uma função educativa ou artística, cada vez mais acentuada” (A REUNIÃO..., 1933, p. 14). Todos os parâmetros de censura serão publicados quatro colunas mais tarde, no dia 22 de dezembro de 1933 (A censura..., 1933, p. 14).

A quarta coluna, de 25 de novembro de 1933, é a primeira assinada por Ariosto Espinheira. Nela, é apresentado um texto introdutório sobre as “Irradiações Educativas”. O professor aborda a importância do rádio educativo tanto para o adulto que, antes ou depois de sua jornada de trabalho, pode ter no rádio uma fonte importante de novos ensinamentos, como para a criança que, tendo acesso a esse tipo de serviço, pode expandir seu horizonte de conhecimentos. No entanto, Espinheira assinala que, para que essa categoria de radiodifusão seja eficiente, é necessário organizá-la. Sobre a questão atencional do público infantil, ele já alerta que a criança, não gostando do programa, “é completamente livre para numa volta do botão do seu condensador, libertar-se instantaneamente do que ele julgar aborrecido [...]”. (Irradiações educativas, 1933, p. 14). A partir da segunda coluna de Espinheira em diante, publicada em 28 de novembro de 1933, Ariosto versará sobre os mais diversos assuntos voltados à metodologia de como poderia ser desenvolvido o rádio educativo no Brasil, partindo de suas próprias ideias e de experiências em outros países (Como fazer..., 1933).

Ariosto Espinheira parecia então a figura ideal a ser convidada por Roquette-Pinto para assumir o cargo de diretor de Instrução Pública na Seção de Museu e Radiodifusão do Departamento de Educação do Distrito Federal, chefiado pelo próprio Roquette, sob a gestão de Anísio Teixeira (COELHO, 2016). Ariosto Espinheira ocupará uma função que seria um dos principais diferenciais da PRD-5 com relação a outras emissoras de caráter comercial: Espinheira seria o responsável pela formação dos docentes que atuariam nos microfones da emissora. Como maneira de esquematizar esse processo formativo, publica, no ano de 1934, o livro “Rádio e Educação”, que serviria de base para orientar os professores frente à nova ferramenta educativa. Boa parte do texto presente na obra já havia sido publicada em suas colunas do Jornal do Brasil. O livro inicia com uma reflexão, feita por Lourenço Filho, sobre a aceleração da relação tempo e espaço promovido pelo desenvolvimento da tecnologia:

> Com a aplicação industrial do vapor, da eletricidade, do motor de explosão e das ondas electro-magnéticas, as mais dilatadas distâncias se reduziram, e o tempo deixou de exercer sobre nós o constrangedor domínio, a que nos submetia, na conquista do espaço. (FILHO apud ESPINHEIRA, 1934, p. 7).

Essa nova perspectiva de superação de longas distâncias promovidas pelas ondas hertzianas somada à possibilidade da simultaneidade era um dos pontos-chave de quem, assim como Ariosto, defendia o uso do rádio para fins educativos. Na introdução do livro, Espinheira traz uma expressão que, de certo modo, sintetiza o horizonte vislumbrado pelos radio educadores: “[que] o rádio pudesse desempenhar o papel precioso de chegar a ser como já se disse: ‘a universidade popular invisível’” (Espinheira, 1934, p. 13). Apesar da grande ambição carregada nessa fala, o autor, em vários momentos do seu livro, reconhece o rádio como ferramenta complementar do ensino e não como um veículo ou uma ferramenta que poderia vir a substituir a escola ou até mesmo o professor: “[...] a radiodifusão não pode constituir senão um meio de ensino complementar e de emprego limitado” (Espinheira, 1934, p. 32). E ainda: “Esse método, uniforme de algum modo mecânico, suprime com efeito o contato pessoal do professor com os seus alunos” (Espinheira, 1934, p. 32). Exercendo também o ofício de professor, Ariosto conhecia bem a dinâmica de uma sala de aula e, colocando-a em contraste com uma emissão radiofônica, sabia dos limites que esta última poderia ter no processo formativo dos alunos. Sobre essa reflexão, conclui que:

> [...] o rádio não pode substituir o mestre e sua ação direta sobre os alunos. Sua função consiste em secundar o professor na sua tarefa educativa, completando-a” (Espinheira, 1934, p. 34).

Desse modo, fica clara a perspectiva do uso do rádio que o autor defendia no contexto educacional: não seria um fim, mas um meio. Além dessas e de outras reflexões sobre os usos do rádio no contexto educacional, o livro tem um caráter bastante instrutivo, com orientações que vão desde como montar equipamentos básicos de transmissão e recepção a orientações voltadas à linguagem radiofônica: “A radiodifusão, por ser um processo de ensino puramente verbal pode, se não houver cuidado, provocar a fadiga e distração dos ouvintes” (Espinheira, 1934, p. 35). De acordo com o autor, quando fossem proferidas palestras, estas nunca deveriam ultrapassar meia hora de transmissão, pois não conseguiriam mais obter a atenção necessária do aluno ouvinte. Outra recomendação era que se fizesse a irradiação no fim de uma aula ou no final do período escolar (Espinheira, 1934).

Assim como indicado pelo jornal O Globo, na matéria sobre a inauguração da PRD-5, Espinheira (1934) destaca a experiência radiofônica inglesa promovida pela British Broadcasting Corporation (BBC). O formato de debate utilizado em um dos programas da emissora é visto pelo autor como uma boa possibilidade de uso do rádio como ferramenta educativa. Em tal formato, comparecem ao programa dois entrevistados com opiniões divergentes sobre determinado assunto, com a mediação de um apresentador. Após o encerramento do programa, o professor, juntamente dos alunos em sala de aula, poderia instigá-los a continuar

CC BY

o debate, estimulando, dessa maneira, a elaboração de um argumento retórico, por exemplo (Espinheira, 1934).

Mostrando o potencial do rádio como ferramenta que supera as distâncias geográficas em um país de proporções continentais como o Brasil, o autor adiciona, à baila de possibilidades, o curso de Agricultura e Horticultura. De acordo com Espinheira (1934), que traz a informação do Ministério da Agricultura dos Estados Unidos, naquele país, existiam 364.800 fazendas que adquiriram aparelhos receptores para seguirem os “Cursos Agrícolas pelo Rádio” (Espinheira, 1934 p. 55).

Como o Brasil ainda estava iniciando sua trajetória tanto educativa como comercial no rádio, as experiências bem-sucedidas em outros países foram utilizadas em muitos exemplos, a título de comparação e até mesmo de demonstração do potencial da nova ferramenta. O modelo de radiodifusão brasileiro será desenvolvido, em grande parte, a partir do choque de visões entre alguns desses modelos – principalmente entre o adotado pela Inglaterra em contraste ao dos Estados Unidos.

Apesar de dotar o professor e demais profissionais de certa liberdade no desenvolvimento do conteúdo a ser irradiado, a Comissão Rádio Educativa, que integrava a Confederação Brasileira de Radiodifusão, estabeleceu, no ano de 1933, os parâmetros de censura a serem seguidos:

> A Comissão organizou a censura a todas as transmissões radiofônicas para evitar que sejam irradiados programas que contenham assuntos que:
>
> a) sejam redigidos em linguagem imprópria;
> b) ofendam a moral e os bons costumes;
> c) possam, de qualquer modo, concorrer para o desenvolvimento do crime, da vingança, do ódio, da vadiagem, do alcoolismo, e dos maus costumes;
> d) possam criar antagonismos entre raças e classes sociais;
> e) encerrem ultraje, vilipendio ou desacato a qualquer credo religioso;
> f) propaguem ideias subversivas da ordem social ou política;
> g) deprimam a ação das autoridades constituídas;
> h) suscitem desconfianças e inquietação nas relações internacionais;
> i) divulguem notícias falsas ou tendenciosas. (Espinheira, 1934, p. 105-106).

Embora algumas regras sejam claras, como o banimento do estímulo ao “ódio” e ao “alcoolismo”, outros conceitos são vagos, como “vadiagem”, ou ainda parâmetros como “ideias subversivas”, ficando a cargo dos censores o real crivo do que poderia ser ou não irradiado. Nesse sentido, é muito importante observar atentamente o viés ideológico presente no discurso de quem elaborava essas regras e esses parâmetros para a radiodifusão brasileira.

Já no fim do livro, Espinheira (1934) divulga alguns dos primeiros resultados alcançados em dois meses de funcionamento e uma projeção para o futuro da PRD-5. Os dois programas irradiados até então eram das 13h30 às 14h – a “Hora Infantil” – e das 19h às 20h – o “Jornal dos Professores”. O programa destinado ao público infantil, a cargo da professora Ilka

Labarthe, transmitia lições sobre ciências sociais, viagens e narrativas, matemática, linguagem, prosa ritmada, poesia, ciências naturais e música. Espinheira (1934) destaca que centenas de crianças já estavam inscritas e interagiam com a emissora por meio de cartas, telefone e pessoalmente. O “Jornal dos Professores”, apresentado por Roquette-Pinto, transmitia notas, comentários, notícias e conferências sobre temas variados, tais como ciências, arte, literatura e educação. Esses dois programas eram transmitidos diariamente nos horários especificados. Além deles, eram irradiados outros programas mais específicos, como o curso popular de literatura, por Sodré Viana; o curso de rádio educativo, ministrado pelo próprio Ariosto Espinheira; além do curso de divulgação de agricultura, que ficaria a cargo do Instituto de Pesquisas do Ministério da Agricultura (Espinheira, 1934). No mesmo balanço, ainda consta o número de 300 correspondentes inscritos nas conferências ilustradas, os quais recebiam esquemas, mapas e outras ilustrações que auxiliavam na compreensão dos temas abordados (Espinheira, 1934).

Mesmo correndo o risco do anacronismo, podemos traçar um paralelo do livro “Rádio e Educação”, publicado em 1934, com a obra “Rádio Escolar”, escrita por Marcos Baltar em 2012. Baltar (2012) não trabalha com a mesma perspectiva estatal ou multiterritorial de Espinheira (1934), mas analisa, e instrui, em seu livro, maneiras de como o rádio pode auxiliar no processo de ensino e aprendizagem. A perspectiva de Baltar (2012) ao utilizar o rádio como ferramenta no ambiente escolar é a do letramento discursivo presente no trabalho com a mídia radiofônica. A proposta deste autor não é formar futuros radialistas ou utilizar o rádio como mero suporte para as aulas, mas explorar a ferramenta como possibilidade de ampliação de horizontes no processo formativo dos alunos. Traçamos esse paralelo entre o livro de Baltar (2012) e o de Espinheira (1934) pois ambos trazem, em suas páginas, alguma reflexão a respeito do rádio, mas também pelo fato de parte deles apresentar caráter prático e até mesmo instrutivo. Desse modo, não ficam somente no mundo das ideias, fornecendo um instrumental prático a ser utilizado com os alunos na realidade escolar, cada qual em seu tempo. Baltar (2012, p. 17) deixa claro logo no início que “o objetivo principal deste livro é o de dialogar com os professores da educação básica e com os demais pesquisadores da linguagem, especialmente da área de Linguística aplicada”.

Buscando esse equilíbrio entre quem está na linha de frente do processo educacional com quem atua na área mais voltada à pesquisa nos ambientes universitários, Baltar (2012) sinaliza uma possibilidade de superação dessa falsa dicotomia preestabelecida entre o chamado “mundo acadêmico” e a educação básica. A área teórica na qual são desenvolvidos os projetos de rádio nas escolas é a do interacionismo sociodiscursivo. Essa perspectiva teórico-metodológica “postula que as atividades e as ações humanas devem ser tratadas discursivamente em suas dimensões individuais-psicológicas e coletivas sociológicas” (Baltar, 2012, p. 23). Desse modo, o autor defende que o rádio seja utilizado nas escolas como parte do processo do que ele chama de “letramento midiático radiofônico” (Baltar, 2012, p. 27).

A proposta de Baltar (2012) diferencia-se da de Espinheira (1934) por colocar o aluno como protagonista no desenvolvimento dos programas de rádio e não apenas como receptor

do conteúdo veiculado pelo meio. No entanto, essa perspectiva de rádio escolar é fruto do desenvolvimento que vem desde os princípios educativos defendidos por Roquette- Pinto, passando pelo projeto do Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1961. O projeto tinha, como uma de suas principais ferramentas, o uso do rádio, pois este alcançaria lugares de difícil acesso e, como já pontuamos, possui a vantagem de aproximar-se também daquele que não domina a leitura e a escrita. A ideia seria criar mais de 15 mil rádio postos que serviriam de ponto de referência para um amplo projeto educacional (Baltar, 2012). Dentre alguns pontos divulgados pelo movimento, destacamos

> ler, escrever e interpretar textos com situações e vocabulários próprios das áreas rurais; distinguir as relações entre as estruturas sociais, econômicas, políticas e religiosas” (Moreira, 1991, p. 20).

Além desses, mais voltados a componentes curriculares educacionais (os “conteúdos” propriamente ditos), o movimento destacava a importância de “saber utilizar a legislação e as potencialidades econômicas da comunidade e desenvolver o conhecimento sobre as técnicas de trabalho em grupo” (Moreira, 1991, p. 21).

Para que este objetivo fosse alcançado, a CNBB colocou, à disposição do Governo Federal, a rede de emissoras de rádio filiadas à Representação Nacional das Emissoras Católicas (RENEC) (Fávero, 2004, p. 1). Com isso, o MEB teria um alcance garantido em várias comunidades rurais que não possuíam acesso facilitado a outras emissoras. E, devido à capilaridade proveniente das milhares de igrejas e paróquias espalhadas pelo território nacional, a possibilidade de participação das comunidades locais era potencializada.

Entre os anos de 1961 e 1963, as aulas eram transmitidas das 18h30 às 19h30 e, depois, das 20h às 20h30, a depender da programação para aquele dia. Estas faixas de horário foram pensadas justamente com o objetivo de possibilitar a participação dos trabalhadores rurais, que eram o principal público a ser atingido. Cada escola radiofônica contava com monitores que auxiliavam os estudantes na realização de tarefas, bem como propunham debates e conversas sobre os temas que eram abordados nos programas. (Fávero, 2006). O material básico para a instalação de uma escola radiofônica consistia em:

> [...] um local adequado, com mesas ou carteiras, cadeiras ou bancos; receptor, quadro, giz e apagador e lampiões (quando não houver iluminação elétrica); folhas de matrícula e de freqüência; livros de leitura, cadernos, lápis e borracha (Fávero, 2006, p. 145).

Com esta estrutura básica em diversas comunidades rurais espalhadas pelo Brasil, o MEB conseguiu números expressivos, variando entre 2.687 escolas radiofônicas, em dezembro de 1961; e 7.353 em setembro de 1963. Com o aumento de duração da hora do Brasil de 30 para 60 minutos, ocupando toda a faixa de horário entre 19h e 20h, houve uma queda brusca no engajamento dos estudantes e, consequentemente, do número de escolas radiofônicas, fechando o ano de 1963 com 5.573 unidades.

Após um breve período de retomada de crescimento em 1964, com 6.260 unidades ativas, chega-se ao ano de 1965, já no contexto da ditadura militar, com 4.500 escolas radiofônicas (Fávero, 2004, p. 13). O número de alunos atingidos pela proposta educacional do MEB demonstrou o potencial do rádio como ferramenta educacional:

> Em cinco anos, cerca de 320 mil alunos concluíram o ciclo de alfabetização, dos quais quase de 120 mil só em 1963. 29 emissoras irradiavam programas e aulas do MEB, estimando-se de 5 a 8 milhões de pessoas direta e indiretamente atingidas por essas emissões (Fávero, 2004, p. 13).

Não é difícil imaginar o motivo pelo qual esse projeto teve o seu apoio enfraquecido com a entrada dos militares no poder. Parte da população rural seria alfabetizada e participaria de um processo formativo enquanto cidadãos cientes de seus direitos e potencialidades dentro da sua realidade. Como destaca Fávero:

> Principalmente após abril de 1964, quando as emissões passaram a ser censuradas e controladas, e em alguns lugares suspensas, as equipes foram obrigadas a enfraquecer sua linguagem e “baixar o nível de conscientização” das aulas e dos programas. [...] Rapidamente o MEB caminhou para um impasse: à crescente consciência dos problemas, contrapunha-se a impossibilidade de ação, cada vez mais bloqueada externamente e minada internamente – pela insuficiência e irregularidade de verbas, pelo atraso do material didático, pelas divergências ideológicas nas equipes, e destas com os escalões superiores, principalmente onde os bispos tinham maior ascendência (Fávero, 2006, p. 167).

Organização popular, sob a óptica do regime repressivo, não era bem vista, e poderia significar uma clara ameaça à ordem institucional no país.

Ainda sobre o livro de Baltar (2012), após algumas páginas dedicadas à reflexão sobre o rádio como elemento central em um processo de letramento midiático sob a égide teórica do interacionismo sociodiscursivo, o autor, de maneira semelhante ao desenvolvido por Espinheira (1934), fornece uma espécie de tutorial de como utilizar aplicativos para a gravação e a edição de programas, bem como alguns modelos de aula, ou sequências didáticas, que poderiam ser aplicadas na realidade da educação básica. Outra semelhança presente nos trabalhos desenvolvidos pelos autores é que, tanto no caso de Espinheira (1934) como de Baltar (2012), o texto é redigido após a realização de alguma experiência prática. Como vimos, “Rádio e educação” é escrito com a PRD-5 já em funcionamento, relatando experiências bem-sucedidas e indicações para trabalhos futuros. Já livro “Rádio Escolar”, de Baltar (2012), traz relatos de projetos desenvolvidos em escolas de educação básica do interior do Rio Grande do Sul e na rede municipal de Florianópolis, em Santa Catarina. No entanto, não se trata apenas de um portfólio, pois também indica várias possibilidades de como desenvolver projetos semelhantes em qualquer escola que se disponha.

CONCLUSÃO

Como observado o rádio no Brasil desde os seus primeiros momentos de implementação teve uma relação muito próxima com as propostas de educação que estavam sendo desenvolvidas em âmbito nacional pelo governo. A utilização da nova tecnologia como ferramenta educacional foi logo de início uma opção utilizada pelos entusiastas da radiofonia da época que objetivavam atingir a população como um todo, mesmo considerando o grande número de analfabetos que existia na época, tendo em vista o caráter auditivo desta ferramenta que dispensava a necessidade de o aluno em questão estar completamente alfabetizado.

Valse ressaltar que as experiências envolvendo rádio e educação na década de 1930 não se encerram no projeto desenvolvido por Ariosto e demais envolvidos na criação da PRD-5. Em levantamento feito com base no mês de outubro de 1936 na grade de programação radiofônica publicada pelo Jornal do Brasil, a pesquisadora Patrícia Coelho (2016) identificou vários programas com teor educativo em rádios comerciais, além das radio sociedade ou oficiais do governo:

> Programa infantil da Rádio Sociedade Mayrink Veiga, Lições de inglês da Rádio Transmissora Brasileira, Programa educativo da Rádio Cruzeiro do Sul, Programa infantil e Programa do professor da Rádio Jornal do Brasil, Hora infantil da Rádio Escola Municipal, Jornal dos Professores da Rádio Ministério da Educação, A hora do lar da Rádio Sociedade Guanabara, Hora do gury da Rádio Tupi e Pequenópolis da Rádio Cosmos. (Coelho, 2016, p. 146).

O rádio no Brasil seguirá fortemente comercial, com o desenvolvimento das emissoras educativas e universitárias ocorrendo, de certo modo, em paralelo. Esta por sua vez, não eram de caráter estatal (porta-voz oficial do governo federal, por exemplo) e muito menos tinham a sua sobrevivência baseada em índices de audiência. As rádios educativas e universitárias configuraram-se, desde a sua formação, em espaços mais democráticos e complexos, que abrangiam a veiculação de informações que não seriam de interesse comercial ou estatal e que funcionavam como um importante laboratório para o desenvolvimento da radiodifusão no Brasil.

REFERÊNCIAS

A CENSURA das transmissões - Seu regulamento e a nomeação da comissão. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, edição 00303, p. 14, 22 dez. 1933.

A REUNIÃO de ontem - A Censura das irradiações. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, edição 00274, p. 14, 18 nov. 1933.

A ESTAÇÃO da Praia Vermelha... [Nota]. **Gazeta de Notícias**, p. 2, 1. maio 1923.

BALTAR, Marcos. **Rádio escolar**: uma experiência de letramento midiático. São Paulo: Cortez, 2012.

CALABRE, Lia. **No tempo do Rádio**: Radiodifusão e cotidiano no Brasil (1923 – 1960). Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2002

CHRONICA DO Radio Cacique. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, edição 02547, p. 15, 7 abr. 1935.

COELHO, Patrícia. **Educadores no rádio**: programas para ouvir e aprender (1935-1950). Rio de Janeiro: PUC Rio, Mauad, 2016.

COMO FAZER as irradiações educativas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, edição 00282, p. 14, 20 out. 1933.

COMO FOI recebida a ideia de instituir o rádioeducativo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, edição 00258, p. 14, 31 out. 1933.

ESPINHEIRA, Ariosto. **Rádio e educação.** São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1934.

FÁVERO, Osmar. MEB - Movimento de Educação de Base. Primeiros tempos: 1961- 1966. In: **V Encontro Luso-Brasileiro de História da Educação**. Évora, Portugal, 2004.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular:** análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966). Campinas: Autores Associados, 2006.

FEDERICO, Maria Elvira Bonavita. **História da Comunicação**: Rádio e TV no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1982.

FERRARETO, Luiz Artur. De 1919 a 1923, os primeiros momentos do rádio no Brasil. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)** - v.3, n.1, jan.2014-jun/2014.

IRRADIAÇÕES EDUCATIVAS. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, edição 00280, p. 14, 25 nov. 1933.

LOPES, Saint-Clair. **Radiodifusão hoje – Comunicação**. Rio de Janeiro: Temário, 1970.

MCCANN, Bryan. **Hello Hello Brazil**: Popular Music in the Making of Modern Brazil. Durham, NC, and London: Duke University Press, 2004.

MOREIRA, Sonia Virgínia. **O Rádio no Brasil.** Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.

O RÁDIO a serviço da Educação. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 1, 6 jan. 1934.

PATRÍCIO, Edgard. Comunicação e educação no contexto de criação da Rádio MEC do Rio de Janeiro. In: BIANCO, Nélia Del; KLÖCKNER, Luciano; FERRARETTO, Luiz Artur. **80 anos das rádios Nacional e MEC**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

POR INICIATIVA do “‘Jornal do Brasil”, a Confederação Brasileira de Rádio-Difusão, a que estão filiadas quase todas as estações transmissoras do país vai instituir o Rádio Educativo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, edição 00249, p. 27, 20 out. 1933.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. Cultura de Massas e a Integração Nacional pelas Ondas do Rádio. **Anais...** ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003.

RIBEIRO, Adriana Gomes. “Ensinar para educar; educar para servir à Pátria”: a Rádio-Escola Municipal do Rio de Janeiro (PRD5), motivações, influências e técnicas de comunicação. **VII Encontro Nacional de História da Mídia**, Fortaleza, agosto 2009.

UM SUCESSO da radio-telephonia e telephone alto falante - O discurso inaugural e o “Guarany” ouvidos ao Rio, Nicteroy, Petropolis e São Paulo. **A Noite**, Rio de Janeiro, edição 03868, p. 8, 8 set. 1922.

VELLOSO, Monica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro:** Turunas e quixotes. Petrópolis: KBR, 2015.

Carlos Gregório dos Santos Gianelli possui Pós-doutorado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, abordando o tema da perspectiva decolonial para o Ensino de História (2024). Doutor e Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (2020 e 2014). Possui bacharelado e licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2011). Atua como docente desde 2010, lecionando, além de História, as disciplinas de Música, Geografia e Projeto de Vida, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. É professor de História efetivo da Rede Estadual de Santa Catarina.

E-mail: gianelli.historia@gmail.com

Declaração de disponibilidade de dados:
Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Recebido em: 24/04/2025
Aprovado em: 28/08/2025
Editor responsável: Eduardo Cristiano Hass da Silva